



FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

FERNANDA DOS SANTOS LOPES

**EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA: UMA PERSPECTIVA
DE INCLUSÃO PARA DEFICIENTES FÍSICOS**

ARIQUEMES-RO

2014

Fernanda dos Santos Lopes

**EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA: UMA
PERSPECTIVA DE INCLUSÃO PARA DEFICIENTES
FÍSICOS**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Licenciatura em Educação Física Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA, como requisito parcial a obtenção do grau de Licenciada em Educação Física.

Professor orientador:
Osvaldo Homero Garcia Cordeiro.

ARIQUEMES-RO

2014

Fernanda dos Santos Lopes

**EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA: UMA PERSPECTIVA
DE INCLUSÃO PARA DEFICIENTES FÍSICOS.**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Licenciatura em Educação Física da Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA, como requisito parcial a obtenção do grau de Licenciada.

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientador: Osvaldo Homero Garcia Cordeiro.
FAEMA – Faculdade de Educação e Meio Ambiente

Prof.Ma. Fabrício Pantano
FAEMA – Faculdade de Educação e Meio Ambiente

Prof.Ms. Leonardo Alfonso Manzano
FAEMA – Faculdade de Educação e Meio Ambiente

Ariquemes, 24 de junho 2014

DEDICATÓRIA

Dedico aos meus Pais Doraci dos Santos Lopes e Assir vital Lopes que sempre me apoiaram em todos os momentos.
Aos meus irmãos Vanderlei dos Santos Lopes e Adriana dos Santos Lopes, por estarem sempre ao meu lado me apoiando nos momentos difíceis.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pelo dom da vida, pela misericórdia, a luz que brilhou no meu caminho quando eu não encontrava uma saída e a força para terminar essa caminhada. Por derramar bênçãos sobre mim e a todos que me rodeiam, por ter me colocado obstáculos na vida, e ter me concedido a alegria de ultrapassá-los.

Ao meu orientador por me apoiado nessa caminhada para realização deste trabalho.

A Profa. Dra. Rosani Ap. Alves Ribeiro de Souza pela paciência, pelas palavras amigas e ajuda na realização deste trabalho.

À minha mãe, que é uma grande mulher, companheira e incentivadora, que sempre foi exemplo de fé e perseverança, por estar sempre ao meu lado me tornando uma pessoa melhor, por sempre acreditar que eu iria conseguir realizar este trabalho e nunca me deixar desistir nos momentos de fraqueza. Amo você.

Ao meu pai, meu super-herói que mesmo em alguns momentos não esteve presente, mas que sempre foi motivo de exemplo, força e dedicação. Amo você.

Aos meus irmãos Vanderlei dos santos Lopes e Adriana dos santos Lopes que em toda a minha vida sempre estiveram presentes, e agora me incentivando e dando forças para realização deste trabalho.

As minhas prima Aldilene Pereira Lopes, Josilaine Lopes de Moraes, Iriane Lopes de Moraes por ter me ajudado na realização desse trabalho.

Aos meus amigos Rafael Santo, Simone Aguiar, Tabatta Daniela Oliveira, Jonathan Santos, todos os amigos que de alguma forma contribuíram. Aos demais professores, pelos bons conselhos ao longo desses anos.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho e por acreditarem em mim.

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes
e promover a escola das diferenças"
(Mantovan)

RESUMO

Relatar um pouco da história da Educação Física no sentido de compreender e refletir sua relação com os princípios filosóficos da integração e inclusão levam-nos à possibilidade de um repensar sobre uma nova práxis da Educação Física voltada para o atendimento aos deficientes físicos principalmente na área escolar, visando a sua transformação para uma Educação Física Inclusiva. Assim, o presente trabalho aborda como temática central a Educação Física adaptada voltada para os deficientes físicos. Procura explicitar, mesmo que de forma sucinta, perspectivas da Educação Física e de atividades adaptadas quando relacionados aos princípios da integração e inclusão. Para tanto, na primeira parte apresenta-se brevemente o marco histórico e normativo da educação inclusiva no Brasil bem como a história da Educação Física Adaptada (EFA). Em seguida descreve alguns conceitos de deficiência física. Por últimas sugestões de atividades de Educação Física adaptada para deficientes físicos. Foi utilizado como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica. Conclui-se que a questão da inclusão de alunos com deficiência física nas aulas de Educação Física em escolas regulares, toma a mesma dimensão que para aqueles ditos normais, pois também possuem a necessidade de se apropriar da cultura corporal do movimento.

PALAVRAS- CHAVES: Deficiência Física; Educação Física Adaptada; Integração.

ABSTRACT

Report a little history of physical education in order to understand and reflect their relationship with the philosophical principles of integration and inclusion lead us to the possibility of a rethink about a new practice of physical education toward service to disabled mainly on school grounds, aiming at its transformation to an inclusive physical education. Thus, this paper discusses how the central theme adapted physical education facing the disabled. Tries to explain, even briefly, perspectives of physical education and adapted activities when related to the principles of integration and inclusion. For this, the first part briefly presents the historical and legal frameworks of inclusive education in Brazil as well as the history of adapted physical education (APE). Then describes some concepts of disability. Finally suggestions for physical education activities adapted for disabled people. The bibliographic research were used as instruments. We conclude that the issue of inclusion of students with disabilities in physical education classes in regular schools, takes the same size as for those called normal because they also have the need to take ownership of the physical culture movement.

KEYWORDS: Physical Disabilities; Adapted Physical Education; Integration.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVOS	12
2.1 OBJETIVO GERAL	12
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
3 METODOLOGIA	12
4 REVISÃO DE LITERATURA	12
4.1 MARCO HISTÓRICO E NORMATIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL.....	12
4.2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA	16
4.3 EDUCAÇÃO FÍSICA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA ADAPTADA	19
4.4 O CONCEITO DE DEFICIÊNCIA FÍSICA.....	21
5 SUGESTÕES DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA PARA DEFICIENTES FÍSICOS.	23
5.1 ESPORTES ADAPTADOS PARALÍMPICOS.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	30

INTRODUÇÃO

A Educação Física vem historicamente se constituindo numa prática preocupada com a inclusão de todos nas atividades pedagógicas. Nesse sentido, para atender os objetivos educacionais propostos pela sociedade, no sentido de oferecer “educação para todos”, o componente curricular de Educação Física tem realizado uma reflexão em torno da problemática da “educação inclusiva”, por meio de debates, produções científicas, propostas pedagógicas. Entretanto, há um caminho longo a ser percorrido para que o ideal de uma educação física inclusiva se concretize no interior das instituições públicas do país.

Nesta perspectiva, a prática educativa na Educação Física desenvolvida no âmbito da educação formal deve-se pautar por uma educação verdadeiramente democrática. Logo, faz-se necessário discutir as peculiaridades desta prática diante do desafio da educação inclusiva adaptada bem como considerar os diferentes aspectos e fatores que interagem no âmbito educacional no sentido de limitar a implantação do trabalho pedagógico voltados para uma educação verdadeiramente inclusiva.

Neste trabalho se propõe discutir uma proposta de inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais com deficiência física no ambiente escolar, bem como objetivos específicos determinar um novo olhar sobre a educação física adaptada como um dever e igualdade para todos a história da educação física adaptada no cenário educacional brasileiro.

Para tanto, foi utilizado como procedimento metodológico a revisão bibliográfica. Contribuíram para fundamentação da pesquisa autores importantes como; Carmo, Mazzotta, Winick, entre outros. Eles observam que os professores de Educação Física precisam adquirir novos conhecimentos, e principalmente formas específicas de abordagem dos alunos com deficiência.

O tema tratado neste estudo é relevante, pois a Educação Física adaptada para deficientes físicos está num contexto amplo, e vive as mesmas limitações das demais modalidades educacionais na sociedade brasileira. Sendo assim, neste processo não se trata apenas de matricular os discentes com deficiências físicas nas escolas, mas de garantir que ali permaneçam e aprendam se desenvolvam e caminhem com autonomia.

2 OBJETIVOS

2.1- OBJETIVO GERAL

Discutir as contribuições da Educação Física na promoção da inclusão dos deficientes físicos na escola regular.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Dissertar sobre a política nacional de educação especial no Brasil;
- Relatar os primórdios da educação física adaptada no Brasil;
- Conhecer sobre o conceito de deficiência física a luz dos autores.

3 METODOLOGIA

Tendo como base a definição de Turtelli (2003), entende-se que o presente estudo corresponde à pesquisa do tipo bibliográfica. Esse tipo de pesquisa está incluído na gama de pesquisas do tipo documental, mas se caracteriza, principalmente por ser desenvolvida a partir de material já elaborado como livros e artigos científicos.

Dessa forma, a base desta pesquisa consistiu no estudo de livros, artigos especializados, dissertações e teses em bases de dados online dos serviços dos Periódicos da CAPES, SciELO o que possibilitou o acesso e a manipulação de informações relevantes para a reflexão sobre as relações entre inclusão, deficiência física e Educação Física escolar adaptada.

4 REVISÃO DE LITERATURA

4.1- MARCO HISTÓRICO E NORMATIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

O movimento pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

As dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para

superá-las. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

Nesta perspectiva, a partir do conceito de cidadania e da visão dos direitos humanos fundamentado no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos, decorre uma identificação dos mecanismos e processos de hierarquização que operam na regulação e produção das desigualdades.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff.

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

A Lei nº 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir “tratamento especial” para as “deficiências físicas e mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais.

O MEC em 1973 cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo,

cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No artigo 206, inciso I da CF, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Também nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

A Política Nacional de Educação Especial, publicada em 1994, orienta o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (p.19). Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a Política não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantendo a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da educação especial.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar.

A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência foi regulamentada pela Lei nº 7.853/89 que define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular. Acompanhando o

processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

As Diretrizes ampliam o caráter da educação especial para realizar o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização, porém, ao admitir a possibilidade de substituir o ensino regular, não potencializam a adoção de uma política de educação inclusiva na rede pública de ensino, prevista no seu artigo 2º.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (2007, p. 09). Razões busca superar a oposição entre educação regular e educação especial.

Contrariando a concepção sistêmica da transversalidade da educação especial nos diferentes *níveis, etapas e modalidades de ensino*, a educação não se estruturou na perspectiva da inclusão e do atendimento às necessidades educacionais *especiais, limitando*, o cumprimento do princípio constitucional que prevê *a igualdade de condições* para o acesso e permanência na escola e a continuidade nos níveis mais elevados de ensino.

Para a implementação do Plano Desenvolvimento da Escola é publicado o Decreto nº 6.094/2007, que estabelece nas diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo seu ingresso nas escolas públicas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física para o Ensino Fundamental (BRASIL, 1997, p. 72) expressam, em seus objetivos gerais, a expectativa que os alunos sejam capazes de:

Participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando características físicas e de desempenho de si próprio e dos outros, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais (p. 43); participar de

diferentes atividades corporais, procurando adotar uma atitude cooperativa e solidária, sem discriminar os colegas pelo desempenho ou por razões sociais, físicas, sexuais ou culturais (p. 63); participar de atividades corporais, reconhecendo e respeitando algumas de suas características físicas e de desempenho motor, bem como as de seus colegas, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais (p. 71); conhecer, valorizar, apreciar e desfrutar de algumas das diferentes manifestações de cultura corpórea, adotando uma postura não-preconceituosa ou discriminatória por razões sociais, sexuais ou culturais.

A Convenção da Guatemala (1999), afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos.

4.2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA

No Brasil a educação física adaptada é registrada em meados dos anos 80, século 20, sendo praticada por pessoas com deficiência através de um conjunto de atividades diversificadas desenvolvimentista como jogos, esportes, ritmos vinculado aos interesses, as capacidades e limitações dos alunos (WINNIK, 2004, s/p apud Melo e Freitas, 2009).

A Educação Física Adaptada no dizer de (DUARTE e WERNER, 1995, p. 9)

É uma área da Educação Física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais.

Dessa maneira, uma educação que privilegie o movimento é necessária, especialmente com a participação de um professor de Educação Física que leva “a criança a ampliar sua consciência durante os movimentos e não só a fazer as coisas, mas perceber como faz” (GAIARSA, 1995, p. 30).

O processo histórico do sistema inclusivo no Brasil concluiu que a forma de pensar e por conseqüência a forma de agir com relação a deficiência enquanto

fenômeno é a pessoa com necessidades especiais enquanto se modificaram-se no decorrer dos tempos e das condições sócio-históricas (MAZZOTTA 2003) cita que a inclusão da “educação de deficientes”, da educação dos excepcionais ou da “educação física especial” na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta no século 20, em tempos bastantes tardios.

Para se compreender melhor a história da educação física adaptada, compreende-se que após a segunda guerra mundial iniciou – se o implemento do esporte na educação física para pessoas com deficiência estabelecendo influência na sociedade.

Antes da guerra os deficientes eram olhados, como um estorvo para a sociedade, até mesmo para as suas próprias famílias. Apesar dos horrores que a guerra causou trouxe algo de bom respeito e eram até mesmo membros normais de uma sociedade. (ADAMS *et al.*, 1985, p.38).

Assim, somente no final dos anos de 1950 que a educação física começou a olhar para a atividade física e desportiva para deficiente, porque até então a educação física era pautada em uma concepção de corpo saudável, perfeito, produtivo, de rendimento e técnica. A partir daí foi preciso criar uma educação física para lidar com os deficientes, surgiu então a educação física adaptada para atender aos portadores de deficiência.

Após o término da segunda guerra mundial com os estragos causados pelas guerras mundiais, os governos tiveram que tomar providências sobre a qualidade de vida desses indivíduos com isso muitos dos deficientes passaram a ter acesso às práticas de atividade física tentando minimizar os efeitos sofridos pelas guerras. Dessa maneira, foram desenvolvidos sistemas de atendimento para reabilitação, para os soldados que se tornaram deficientes por causa da guerra.

Segundo Silva (1986), as práticas de reabilitação já existentes desde a antiguidade, devido às muitas guerras e batalhas sofridas o tratamento dado a ao deficiente foi, se tornando uma preocupação do estado.

Com a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), através dos serviços que já prestavam reabilitação, existente desde a primeira guerra mundial, serviu para atender os outros soldados vítimas provocadas pela segunda guerra mundial. Assim com o surgimento dos esportes adaptados após a segunda guerra mundial o

soldado mesmo deficiente poderia ainda se tornar herói de guerra, um cidadão produtivo até mesmo um esportista.

Cidade e Freitas (2009) destacam as necessidades de reabilitar as pessoas, principalmente com traumas vértebra-medulares causados pelas duas grandes guerras mundiais é que se legitima o valor da atividade física para pessoas com deficiência.

O marco dos esportes adaptados se deu por ex-combatentes das grandes guerras mundiais, sendo assim os hospitais e centros de reabilitação efetivaram a prática de esporte também como interesse dos próprios pacientes envolvidos na reabilitação bem como dos médicos (MAUERBERG DE CASTRO, 2005).

O pós - guerra (1939 – 1945), também possibilitou que o esporte adaptado fosse se organizando e se desenvolvendo nos estados unidos com BENJAMIM LIPTON na década de 1944, com o esporte como arco e flecha, tênis de mesa, arremesso de dardo, com a realização de eventos esportivos na forma de demonstrações a partir de 1947. (CIDADE; FREITAS, 2009; MEUERBERG – DE CASTRO, 2005).

A educação física adaptada foi definida pela AMÉRICA ASSOCIATION FOR HEATH, PHYSICAL EDUCATION RECREATION ANDE DANCE (AAHPERD), como um programa diversificado de atividades e existentes, ai entra em cena os profissionais médicos como percussores da reabilitação de pessoas com deficiência.

4.3 A EDUCAÇÃO FÍSICA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA ADAPTADA

A Educação Física Adaptada é uma área da Educação Física que tem como objetivo de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais (SAINT- LAUTENT, 1997p. 113).

Ela se constitui em uma grande área de adaptação ao permitir a participação de crianças e jovens em atividades adequadas às suas possibilidades.

O componente curricular em questão iniciou sua reflexão em torno da questão da Educação Especial, no final de 1980. O processo de inclusão da temática nos cursos de graduação foi reforçado pelo Parecer 215/87, do Conselho Federal de

Educação, que apresenta sugestões de disciplinas destinadas à reflexão em torno da Educação Especial, pois a falta de professores qualificados para atuar tanto nas escolas, como nos demais espaços da Educação Física, era significativa.

Dessa forma, nos diversos cursos de graduação em Educação Física, em seus processos de reformulação, foi inserida a disciplina Educação Física Especial atualmente denominada Educação Física Adaptada (EFA). Segundo dados do INEP a maioria dos cursos de graduação já oferecem a disciplina EFA em seus currículos (RIBEIRO; ARAÚJO, 2004).

Carmo (2001) observa que professores de educação física de escolas inclusivas preferem fazer arranjos, adaptações e improvisos nos conhecimentos existentes do que pesquisarem novos conhecimentos, atividades motoras e principalmente formas específicas de abordagem dos alunos com deficiência. De fato, é necessário que o professor realize adaptações nos recursos físicos, materiais e nele próprio, amparadas em conhecimentos científicos, a fim de possuir as condições necessárias para trabalhar neste contexto.

Sato, Cardoso e Tolocka (2002) afirmam que a formação de professores de Educação Física é muito importante para o processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais, porém há necessidade da reformulação ou adaptação curricular para uma melhor formação. Cruz e Ferreira (2005) ainda acrescentam que esta formação deve preparar os professores para atender as necessidades específicas de alunos deficientes, em contextos complexos e dinâmicos, como por exemplo, uma quadra no horário de educação física.

Numa perspectiva complementar, Mauerberg-de Castro (2002) sugere que as pesquisas em Educação Física Adaptada devem ter objetivos mais aplicados, a fim de promover mais investigações sobre o campo de atuação profissional.

Uma intervenção efetiva no que diz respeito à atividade física para deficientes deve respeitar suas limitações e promover autonomia. É importante que o professor sempre tenha conhecimentos básicos sobre seu aluno (tipo de deficiência, idade, funções e estruturas que estão sendo prejudicadas, etc.), uma vez que, ao conhecer o educando, ele adequará a metodologia a ser adotada. Para Cidade e Freitas (2002, p. 42-43) várias considerações devem ser levadas em conta:

Em que grupo de educandos haverá maior facilidade para a aprendizagem e desenvolvimento de todos; A avaliação constante do programa de atividades possibilitando as adequações necessárias, considerando as possibilidades e

capacidades dos educandos, sempre em relação aos conteúdos e objetivos da educação física adaptada; Adaptação de material e sua organização na aula, tempo disponível, espaço e recursos materiais; Adaptações de objetivos e conteúdos, adequando-os quando for necessário, em função das necessidades educativas especiais, dando prioridade a conteúdos e objetivos próprios, definindo mínimos e introduzindo novos quando for preciso.

Incluir o indivíduo portador de necessidades especiais nas escolas significa oferecer oportunidades iguais, apesar das diferenças. Neste sentido, a Educação Física Adaptada surgiu como estratégia oficial nos cursos de graduação através da resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação e prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiências e outras necessidades especiais. Contudo, muitos professores em plena atividade nas escolas não tiveram esse subsídio em sua formação acadêmica, portanto poucas escolas estão preparadas para receber o aluno com deficiência principalmente no que diz respeito aos professores.

Do exposto conclui-se que um programa de educação física quando adaptada ao aluno portador de deficiência, possibilita a ele a compreensão de suas limitações e capacidades, auxiliando-o na busca de uma melhor adaptação. A educação física é uma área de adaptação que permite a participação de todos, em atividades adequadas às possibilidades de cada um, proporcionando a integração. Para cada tipo de deficiência existe uma maneira de enfatizar as necessidades a serem contempladas.

4.4 CONCEITO DE DEFICIÊNCIA FÍSICA

No sentido de abordar o conceito sobre a inclusão de alunos com deficiência física nas escolas e as relações desse processo inclusivo com a educação física escolar adaptada, entende-se ser necessário clarear o termo “deficiência”. Mazzotta (1982, P. 32) indica que as pessoas com necessidades educacionais especiais são aquelas que:

(...) em razão de desvios acentuados, de ordem física, intelectual, emocional ou sócio-cultural, apresentam necessidades educacionais que, para serem adequadamente atendidas, requerem auxílios ou serviços especiais de educação.

Entende-se que esse conceito é bastante apropriado devido à sua abrangência. Esse termo designa todo e qualquer comprometimento que afeta a integridade da pessoa e traz prejuízos para a fala, compreensão de informações, orientação espacial, locomoção, coordenação de movimento, percepção ambiental e contato com outras pessoas. A deficiência acarreta em dificuldades ou impossibilidades de execução de atividades comuns às outras pessoas.

Para Mader (1997), existe um repertório muito amplo e variado de deficiências físicas que têm como traço incomum a diminuição permanente ou progressiva da movimentação do corpo. Essa dificuldade pode ser adquirida, principalmente, a partir de um trauma na medula espinhal, de uma doença degenerativa dos músculos ou do sistema nervoso ou de uma lesão no cérebro.

Essa dificuldade pode também ser genética ou oriunda de má formação intra-uterina. Entende-se que, quando a deficiência física acompanha o sujeito desde o nascimento ou nos primeiros meses de vida este tem diminuídas suas possibilidades de agir sobre o meio, de fazer descobertas, de construir conceitos espaciais, temporais, corporais e de avaliar o impacto de suas ações sobre o meio.

As pessoas com deficiência física apresentam uma significativa ausência de coordenação dos membros o que dificulta a execução de uma série de movimentos como comer, vestir, andar, correr, saltar, pegar/soltar e tirar/colocar. Isso porque esse tipo de deficiência acarreta em importantes alterações no tônus muscular. Normalmente os músculos, ainda que relaxados, conservam certa firmeza que nos permite movimentar membros, sustentar o corpo e executar movimentos de forma harmônica e coordenada. Pode, ainda, ter a musculatura muito flácida (hipotônica) ou muito rígida (hipertônica), ou pode, ainda, ter um tônus que oscile entre a hipotonia e a hipertonia, o que faz com que seus movimentos sejam pouco harmônicos (MADER, 1994).

De acordo com o (MEC, 2004) Pode-se ainda definir a deficiência física como:

Diferentes condições motoras que acometem as pessoas comprometendo a mobilidade, a coordenação motora geral e da fala, em consequência de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, ou más formações congênitas ou adquiridas.

Ou ainda, com o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, deficiência física é :

Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Neste espaço pretendeu-se abarcar de forma privilegiada a deficiência física entendendo esta como todo comprometimento da mobilidade, da coordenação motora geral, causado por lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas bem como por má formação congênita ou adquirida.

5 SUGESTÕES DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA EM DEFICIENTES FÍSICOS.

O ambiente escolar poderá ser um dos responsáveis a oferecer um espaço adequado para o desenvolvimento da criança com deficiência física procurando respeitar a individualidade de cada um dentro de suas capacidades e limitações através dos jogos buscando diversos aspectos estímulos desenvolvidos ou aperfeiçoados, estimulando a criança deficiente ou não a criatividade; memorização; a cooperação; solidariedade; a motivação; a capacidade de discriminar; a

competitividade; a socialização; a confiança em si e suas possibilidades; o respeito às regras e o controle emocional.

Mostrando a criança que esses valores e aprendizagem são adquiridos dentro dos jogos e brincadeiras tornando a criança mais confiante.

5.1 ESPORTES ADAPTADOS PARALÍMPICOS

Em Copenhague, na Dinamarca, foi anunciando que o Rio de Janeiro ganhou o direito de sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, trazendo os dois eventos para a América do Sul pela primeira vez na história. O anúncio foi uma grande recompensa pelo trabalho duro e a visão da equipe de candidatura e marcou o início de uma caminhada repleta de oportunidades e desafios para o Rio e o Brasil.

Os Jogos Paraolímpicos continuam a ganhar força. Depois do sucesso dos Jogos Londres 2012 e dos Jogos Paraolímpicos de Inverno de Sochi 2014, a edição do Rio de Janeiro promete ser a maior celebração da história do esporte de alto rendimento para pessoas com deficiência.

Além de toda a estrutura envolvida, os Jogos Paraolímpicos deixarão um legado de longo prazo na área de acessibilidade em espaços e transportes públicos e na mudança de percepção em relação às pessoas com deficiência.

O Rúgbi em cadeiras de rodas, que é uma das modalidades preferidas pelos atletas com deficiência motora, pois combina a dinâmica do basquetebol em cadeiras de rodas. É jogado em pavilhão, num campo com dimensões oficiais para o basquetebol (28m X15m), divididos ao meio por uma linha central. Em cada campo a zona de ensaio, delimitada por dois cones com uma distancia de 8m entre si.

É jogado com uma bola de vôlei oficial, a duração do jogo é de 4 períodos de 8 minutos com intervalos de 1 minuto nos primeiros e terceiro períodos. É modalidade desde 1996 de um Programa Paraolímpico de Athanta.

A modalidade de Tênis em cadeiras de rodas é o esporte adaptado que mais atrai praticantes no mundo. São praticadas por qualquer pessoa que possua deficiência relacionada à locomoção, as regras são idênticas do tênis para andantes, porém a bola pode quicar duas vezes na quadra antes da intercepção do jogo.

Podem participar os atletas em categorias individuais ou não em duplas, masculinos e femininos.

Tênis de mesa participam atletas com paralisia cerebral, amputados e cadeirantes, na categoria masculina e feminina por equipe individual ou open, Joga-se em pé ou cadeira de rodas existe poucas adaptações das regras da federação internacional; como por exemplo, podemos citar a imposição de bola quicar no meio da mesa no saque, a permissão para que o atleta se apóie na mesa desde que não tire do lugar, no saque a bola deve sair pela linha de fundo e não pelas laterais.

O Basquetebol em cadeiras de rodas que se originou após a segunda guerra mundial, nos estados unidos e é um dos esportes mais difundidos no Brasil, praticado principalmente por lesados medulares, amputados e com seqüelas de poliomielite (GORGATTI; GORGATTI, 2005).

Quase todas as regras são igual a da federação internacional de basquete amador. A diferença é com o uso da cadeira de rodas, como por exemplo, choque entre elas, propulsão a cadeira 3 vezes ou mais, levantar ou colocar o pé no chão, a bola pode ser conduzida no colo durante as duas propulsões permitidas (CIDADE; FREITAS, 2005).

Vôlei sentado Jogado por pessoas com amputações de membro superior e com seqüelas de poliomielite, nesse caso algumas regras são modificadas, como a dimensão da quadra e a altura da rede que é reduzida; não é permitido a perda do contato das nádegas com o chão em situações de ataque, as mãos, pernas e pés podem tocar a quadra adversária desde que não transtorne a ação oponentes (WINNICK, 2004; GORGATTI; GORGATTI, 2006).

Halterofilismo pode participar cadeirantes, amputados. Paralisias cerebrais, na categoria masculina e feminina, a paraolimpíada adota o estilo powerlifting; o atleta em supino faz o movimento de cima para baixo, retornando a barra para a posição original.

Esgrima é destinada os portadores de deficiência física motora, é um esporte realizado em cadeiras de rodas, nas categorias masculinas e femininas. A cadeira é fixada ao solo por meio de armação especial posicionando o atleta em certo ângulo e distância, as provas são individuais ou por meio de equipe, nas modalidades de florete, espada (categoria masculina e feminina) e sabre (masculina). A partida tem 3 minutos ou até um dos adversários completarem 15 pontos.

Os jogos são de extrema importância tanto na vida pessoal como na sociedade para as pessoas com alguma deficiência, graças a uma educação física acolhedora.

É importante ressaltar que ao longo da EFA, obteve grandes avanços no decorrer da história, no que se refere à prática do esporte dentro de uma Educação Física para portadores de alguma deficiência, trazendo para essa clientela um acolhimento não só dentro do sistema educacional, também no mundo do esporte como forma de superação, mostrando suas capacidades, e provando que essas pessoas com necessidades especiais podem ir mais além.

O Ciclismo Paraolímpico foi introduzido como desporto paraolímpico em 1984 para atletas com paralisia cerebral e 1988 nos jogos de Seul, para as demais deficiências locomotoras e para a deficiência visual, sendo agora praticado por mais de 40 países. Dependendo da classificação da deficiência, os atletas utilizam uma bicicleta, um triciclo, uma bicicleta de dois lugares (tandem) ou «handcycle» (bicicletas adaptadas para a propulsão manual). O programa de competição inclui provas de pista e de estrada para atletas individuais e em equipe em provas de velocidade, perseguição individual, contra-relógio dos 1.000m, corridas em estrada e corrida sem estrada em contra-relógio. As provas estão abertas a atletas do sexo masculino e feminino, estando os ciclistas agrupados conforme as suas capacidades funcionais. Ao Ciclismo aplicam-se regulamentos técnicos da International Cycling Union (UCI) em todas as provas. Quanto ao equipamento utilizado existem regras de ciclismo específicas do IPC que permitem realizar adaptações das bicicletas, conforme for necessário, por razões de segurança. O ciclismo para atletas com deficiência é regulado pelo IPC através do International Paralympic Cycling Committee. Modalidade aberta a atletas com deficiências locomotoras (Tetra/paraplégicos, Amputados e “Les Autres”, Paralisia Cerebral) para as provas de estrada. Para a deficiência visual (Cegos e Amlíopes), provas de estrada e pista (velódromo). Os atletas deficientes visuais correm na modalidade e tandem, sendo o piloto um atleta normovisual. Tornou-se modalidade paraolímpica nos Jogos de Seul em 1988.

Já o Atletismo é um esporte de grande tradição nos Jogos Paraolímpicos. As primeiras competições oficiais para atletas com deficiência aconteceram no ano de 1952 em Stoke Mandeville, na Inglaterra, com a disputa de corridas de cadeirantes nos Jogos realizados para veteranos da Segunda Guerra Mundial. O esporte está no

programa paralímpico desde a primeira edição dos Jogos, em Roma, em 1960. Ao longo dos anos, novas classes foram criadas para que homens e mulheres com diversos tipos e graus de deficiência pudessem competir - fossem elas deficiências motoras, sensoriais ou intelectuais.

Para assegurar uma competição justa e equilibrada, os atletas são separados de acordo com sua habilidade funcional, e competem também com cadeiras de rodas e próteses. No caso dos atletas com deficiência visual, eles podem ser acompanhados por um guia, que corre ao seu lado ligado por uma corda. Sua função é a de direcionar o competidor – mas sem puxá-lo, sob pena de ser desclassificado.

O atletismo paraolímpico é regido pelas regras da Federação Internacional de Atletismo (IAAF, em inglês), e pelas adequações feitas pelo IPC – Athletics, órgão do Comitê Paraolímpico Internacional (IPC, em inglês) responsável pelo esporte. Devido ao abrangente número de classes funcionais, o Atletismo é um dos esportes paraolímpicos que concentra mais eventos.

O programa paraolímpico conta com eventos de pista (track) – corridas de curta, média e longa distâncias, além do revezamento e da maratona, de campo (field) – saltos, arremesso e lançamentos – e combinados – o pentatlo, feito tanto por homens como por mulheres e cujas cinco provas variam de acordo com a classe do participante.

Os eventos de pista começam com a disputa de eliminatórias. Os melhores competidores ou equipes avançam até a semifinal e à final, que vale medalha. As provas de campo já iniciam nas finais e, quando há muitos inscritos, os atletas são divididos em dois grupos, e os oito melhores competem entre si nas últimas três tentativas. O sistema é diferente no pentatlo: o desempenho de cada atleta vale pontos, e a soma deles ao longo dos dois dias de competição é que define o pódio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo revelou o quanto é importante o trabalho de inclusão na escola, suas tendências e perspectivas de implantação neste ambiente e quão carente encontra-se a escola sobre discussões sobre o assunto. Pode-se compreender o significado da Educação Física Adaptada, suas contribuições para a Educação Física Escolar, e a possibilidade de Inclusão do Deficiente através da mesma.

Contudo, a Educação Física Adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação e que prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência e outras necessidades especiais. Por isso muitos professores de Educação Física e hoje atuantes nas escolas não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes a Educação Física Adaptada ou a inclusão desses.

Diante do exposto conclui-se que a questão da inclusão de alunos com deficiência física nas aulas de Educação Física em Escolas Regulares, toma a mesma dimensão que para aqueles ditos normais, pois também possuem a necessidade de se apropriarem da cultura corporal do movimento. Conseqüentemente faz-se importante, por parte do Professor, a busca por Práticas Pedagógicas Adaptadas que permitam explorar todo o potencial desses alunos, independentemente de suas limitações.

Dessa forma, a deficiência através da lente da inclusão se faz urgente e necessária. A inclusão social é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, como também do portador de deficiência física. Nesse sentido, a Educação Física escolar pode se constituir como agente de inclusão. A atividade física adequada às possibilidades dos sujeitos, valoriza, integra à realidade, obtendo autonomia, autoconfiança e liberdade.

Entende-se que é preciso romper com a atual organicidade escolar, buscar novos princípios filosóficos como diretriz para a educação/educação física, buscando compreender que os homens são diferentes e é na diferença que ocorre a compreensão dos seus limites e possibilidades. Pode-se dizer que o objetivo ao escrever este trabalho não foi propor uma nova prática para a educação física voltada aos deficientes físicos, mas compreender em que base filosófica as ações

dessa educação física se sedimentam e, com as reflexões trazidas pelo princípio da inclusão.

REFERÊNCIAS

ADAMS, R. C. et al. **Jogos, esportes e exercícios para o deficiente físico**. São Paulo: Manole, 1985.

COSTA, A. M... SOUSA, S.B. **Educação física esporte adaptado, historia, avanços retrocessos em relação aos princípios da integração, inclusão e perpesctiva para o século 22**, ver. Bras.ciênc. esporte campinas v. 25, n-3, 27-maio 2004. Disponível em: <http://rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/viewFile/236/238>. Acesso 22 de abril de 2014.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO- Resolução nº 03, de 16 de junho de 1987.

CARMO, A. A. do. **Inclusão escolar e Educação Física: que movimentos são estes? In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DANÇA EM CADEIRA DE RODAS**, 1. 2001, Campinas. Anais... Campinas: Unicamp, Curitiba: Abradecar, 2001. Disponievel em: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/satoCD.pdf>. Acesso em 22 de abril de 2014.

CIDADE, R. E. A.; FREITAS, P. S. **Introdução à Educação Física e ao Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência**. 1ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

CRUZ, G. C.; FERREIRA, J. R. **Processo de formação continuada de professores de educação física em contexto educacional inclusivo**. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 19, n. 2, p. 163-180, 2005. Disponível em: <http://www.ufac.br/portal/unidades-administrativas/orgaos-complementares/edufac/revistas-eletronicas/revista-ramal-de-ideias/edicoes/educacao-1/caminhos-da-educacao/educacao-inclusiva-e-o-papel-da-educacao-fisica-no-contexto-escolar>. Acesso em 23 de abril de 2014.

BRASIL. Decreto lei no 8.069: Estatuto da Criança e do adolescente. Diário Oficial da União, DE 13 JUL. 1990.

BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004.

BRASIL-. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física para o Ensino Fundamental. 1997.

BRASIL. Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. 1989.

Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista3numero1pdf/r3_informes.pdf. Acesso em 01 de junho de 2014.

DUTRA, R. S.; SILVA, S. S. M.; ROCHA, R. C. S. **A educação inclusiva como projeto da escola: O lugar da educação física.** Revista Adapta Rio Claro, ano II, n. 1, p. 7-12, 2006. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/viewFile/2284/3096>. Acesso em 30 de maio de 2014.

DUARTE, E; WERNER, T. **Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências.** In: **Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: educação à distância.** Rio de Janeiro: ABT: UGF, 1995, v. 3.

GORGATTI, M. G.; GORGATTI, T. **O Esporte para Pessoas com Necessidades Especiais.** In: GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. da (orgs). **Atividade Física Adaptada.** Barueri, SP: Manole, 2005. Disponível em: <http://www.unl.edu.ar/iberoextension/dvd/archivos/ponencias/mesa3/esportes-adaptados-proporcio.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2014.

Gaiarsa, J.A; **Sobre uma escola para o novo homem.** São Paulo: Gente. 1995.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MAZZOTTA, M J. da S.. **Fundamentos de educação especial.** São Paulo: Pioneira, 1982. 32 p.

MAUERBERG-DE CASTRO, E. **Atividade física adaptada.** Ribeirão preto: tecmedd, 2005.

MAUERBERG-deCASTRO, E. **Realizações e perspectivas na área de atividade física adaptada e contribuições da área de comportamento motor.** Revista da Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada, v. 7, n. 1, p. 33-40, 2002. <http://www.ufac.br/portal/unidades-administrativas/orgaos-complementares/edufac/revistas-eletronicas/revista-ramal-de-ideias/edicoes/edicao-1/caminhos-da-educacao/educacao-inclusiva-e-o-papel-da-educacao-fisica-no-contexto-escolar>. Acesso em 21 de maio.

MADER, G. **A integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma.** São Paulo: Memmon, 1997.

MEC/seesp, políticas nacionais de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Disponível em

http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf. Acesso em 21 de abril de 2014.

RIBEIRO, S. M; ARAÚJO, P. **A formação acadêmica refletindo na expansão do desporto adaptado: uma abordagem brasileira.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Campinas, v. 25, n.3, p. 57 – 70, maio, 2004. Disponível em: <http://www.ufac.br/portal/unidades-administrativas/orgaos/complementares/edufac/revistas-eletronicas/revista-ramal-de-ideias/edicoes/edicao-1/caminhos-da-educacao/educacao-inclusiva-e-o-papel-da-educacao-fisica-no-contexto-escolar.acesso>. Acesso em 23 de abril de 2014

RODRIGUES, D. **A educação física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas.** Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física, n. 24/25, p. 73-81, s/d.

SATO, C.; CARDOSO, A. M.; TOLOCKA, R.E. **A inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais nas escolas regulares: Receio ou Coragem?** In: VENÂNCIO, S.; AUGUSTO, D. I. L. S. Pedagogia do movimento: coletânea de textos. Campinas: Unicamp – FEF/DEM, 2002.

SAINT-LAURENT, L. 1997. **A educação de alunos com necessidades especiais, in MANTOAN.** Maria Theresa Égler e Col. A integração de pessoas com deficiência. São Paulo. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd139/aulas-inclusivas-de-educacao-fisica.htm>. Acesso em 23 de abril de 2014.

Silva, R.. F... Junior L.S..Araujo P.F. **Educação física adaptada no Brasil da historia a inclusão educacional.** São Paulo 2008.

SILVA, O.M. da. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje.** São Paulo: Cedas, 1986.

TURTELLI, Larissa Sato. **Relações entre imagem corporal e qualidades de movimento:** uma reflexão a partir de uma pesquisa. 2003. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

WINNICK, J. P. **Educação física e esportes adaptados.** Tradução da 3. Ed. Original de LOPES, F. A. Ed. Manole. Barueri, SP. 2004.

